



# Sompo Saúde Seguros S.A.

CNPJ nº 47.184.510/0001-20

EMPRESA SUBSIDIÁRIA  
Sompo Japan Nipponkoa

## Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,  
A Sompo Saúde Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### I. Perfil

A Sompo Saúde Seguros S.A., subsidiária integral da Sompo Seguros S.A., é uma Seguradora de Plano de Assistência à Saúde que atua no setor de saúde suplementar, oferecendo aos seus consumidores planos de assistência à saúde. Está constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001, na categoria de Seguradora especializada em saúde. Atua preponderantemente no segmento corporativo com planos não patrocinados, porém, possui uma carteira de seguros individuais que está em *run-off*.

### II. Planejamento Estratégico

O ano de 2018 foi um ano de grandes desafios para o mercado de seguro saúde, que começou a se recuperar depois de períodos de forte recessão econômica e relevantes níveis de desemprego em todo o país.

Tendo como plano de fundo este cenário de gradual retomada do crescimento do mercado interno com impactos positivos ao setor de saúde e embasados em nossa missão de "Gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade", estabelecemos estratégias pautadas na melhoria da experiência de nossos segurados e na sustentabilidade financeira da operação, adequando nossos padrões de serviço e controlando níveis de sinistralidade, em continuidade aos esforços e investimentos realizados em anos anteriores.

Para concretizar as estratégias e metas da Sompo Saúde Seguros S.A., investimos na proximidade com o segurado, promovendo ações relevantes de qualidade de vida e gestão de pacientes crônicos, revisamos nossos produtos e rede credenciada ampliando nossa cobertura de atendimento para o território nacional, com objetivo de sermos mais assertivos no atendimento do segurado conforme seu perfil e suas necessidades.

Além disso, readequamos nossos modelos de parcerias com fornecedores e prestadores e, ainda, investimos em projetos de melhoria de processos e de otimização de nossos controles internos, a fim de viabilizar a assertividade de tomadas de decisão. A implementação e manutenção destas ações, em conjunto, viabilizaram nossas intenções estratégicas e trouxeram os bons resultados colhidos em 2018.

Em termos de alinhamento organizacional, a Companhia divulgou para todos os colaboradores seu Mapa Estratégico até 2022, ressaltando objetivos e expectativas para o alcance das metas organizacionais.

Para suportar iniciativas de diferenciação e modernização, a Sompo Saúde Seguros S.A. continua promovendo iniciativas que disseminem a cultura da inovação em processos, incluindo o desenvolvimento de ecossistemas internos e externos que propiciem a geração de ideias e projetos inovadores no mercado de seguro saúde.

Nesta dinâmica de alinhar pessoas, modelos de gestão, processos organizacionais e tecnologia à estratégia e à filosofia do Grupo Sompo Holdings, a Companhia pretende promover níveis de sustentabilidade corporativa alavancando, além da rentabilidade ao acionista, a mobilização de *stakeholders* para o bem estar social.

### III. Governança Corporativa

A Sompo Saúde Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de

seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de controles internos, *compliance* e gestão de riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados através de auditoria interna; e (iii) manutenção de comitês que visam realizar e/ou aprimorar estudos internos, apoiando a tomada de decisões, a formalização das práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

**Ouidoria:** Com mais de 14 anos de existência, a ouvidoria na Sompo Saúde Seguros S.A., tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim com as áreas para melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e sistemas e aprimorando o atendimento da Seguradora. A ouvidoria visa sanar as dúvidas e atender às reclamações, atuando como mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Seguradora, propondo recomendações e mitigando novos desacordos.

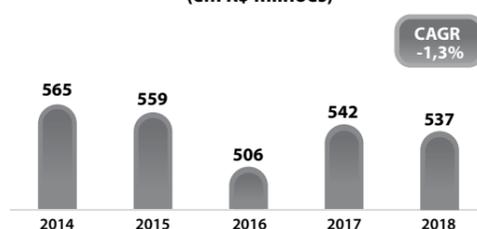
**Código de ética:** O código de ética da Seguradora norteia suas atividades, coibindo as práticas desleais e os abusos de poder nas relações de consumo, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém atividades direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

**Canal de denúncias:** Os canais de denúncia da Sompo Saúde Seguros S.A., têm como objetivo receber queixas anônimas relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude e crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), *intranet* e *internet* ou por e-mail ([fraude@sompo.com.br](mailto:fraude@sompo.com.br) / [lavagemdedinheiro@sompo.com.br](mailto:lavagemdedinheiro@sompo.com.br)), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

### IV. Desempenho Econômico

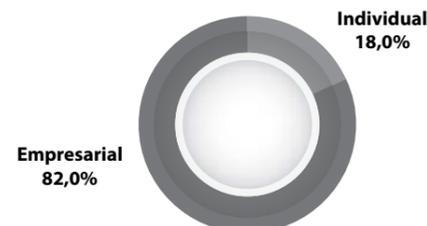
As demonstrações financeiras da Seguradora refletiram um decréscimo em prêmios retidos de 1,1% em relação ao ano de 2017. Isso ocorreu principalmente pela não renovação de contratos que apresentavam alto índice de sinistralidade.

#### Prêmios retidos (em R\$ milhões)



#### Portfólio em Dezembro de 2018

##### Prêmios retidos



A Seguradora possui em sua carteira os produtos individual e empresarial. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída na capital de São Paulo (além de algumas cidades do interior do estado) e nas capitais dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

**Resultado líquido:** A Seguradora encerrou o ano de 2018 com lucro líquido de R\$ 10,1 milhões, um crescimento de 338,9% em relação ao ano anterior (prejuízo de R\$ 4,2 milhões).

**Índice combinado:** Percentual obtido através do total de gastos com sinistros indenizáveis líquidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre o montante de prêmios ganhos de operações com saúde. O índice combinado de 2018 apresentou melhora de 6,2 pontos percentuais, passando de 105,7% em 2017 para 99,5% em 2018. Esse desempenho deve-se às diversas medidas tomadas durante o ano, com destaque para as renegociações com fornecedores, a não renovação de contratos com alta sinistralidade e as melhorias nos processos, fatores que permitiram uma sensível queda nas despesas com sinistros.

**Dividendos:** O Estatuto Social prevê a dedução dos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda como condição, bem como a constituição da reserva legal, para a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

### V. Recursos Humanos

A Seguradora encerrou o ano de 2018 com 248 funcionários.

### VI. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2019

#### Balancos Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
<b>Ativo circulante</b>		<b>152.348</b>	<b>201.656</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>107.687</b>	<b>111.013</b>
Disponível		4.457	1.693	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	87.617	96.926
Realizável		147.891	199.963	Provisão de prêmio não ganho - PPCNG		5.479	5.455
<b>Aplicações financeiras</b>	5	<b>111.276</b>	<b>155.818</b>	Provisão para remissão		1.353	1.412
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		11.585	86.943	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		31.626	37.096
Aplicações livres		99.691	68.875	Provisão de sinistros a liquidar SUS		856	-
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	6	<b>18.826</b>	<b>22.152</b>	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		48.303	52.963
Prêmio a receber		9.911	7.177	<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>	6	<b>2.356</b>	<b>1.643</b>
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		8.915	14.975	Receita antecipada de prêmios		242	59
Despesas diferidas		6.217	12.874	Comercialização sobre operações		1.998	1.584
Créditos tributários e previdenciários	7	6.752	7.558	Operadoras de planos de assistência à saúde		116	-
Bens e títulos a receber		4.752	1.110	Tributos e encargos sociais a recolher	14.a	6.608	2.370
Despesas antecipadas		68	451	Débitos diversos	11	11.106	10.074
<b>Ativo não circulante</b>		<b>198.557</b>	<b>123.456</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>45.333</b>	<b>46.966</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>186.602</b>	<b>116.434</b>	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	12	<b>22.183</b>	<b>19.246</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	5	<b>119.917</b>	<b>48.054</b>	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		22	-
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		79.414	14.404	Provisão de sinistros a liquidar SUS		22.161	19.246
Aplicações livres		40.503	33.650	<b>Provisões</b>		<b>23.150</b>	<b>27.720</b>
Ativo fiscal diferido	7	26.084	28.058	Provisões para tributos diferidos	14.b	826	849
Depósitos judiciais e fiscais	8	40.601	40.322	Provisões judiciais	15	22.324	26.871
<b>Investimentos</b>	9	<b>1.010</b>	-	<b>Patrimônio líquido</b>	16	<b>197.885</b>	<b>167.133</b>
Imóveis destinados a renda		1.010	-	Capital social		116.281	94.608
<b>Imobilizado</b>	10.a	<b>3.015</b>	<b>3.867</b>	Reservas de lucros		81.620	72.543
Imóveis de uso próprio		2.661	3.205	Ajuste de avaliação patrimonial		(16)	(18)
Imobilizado de uso próprio		354	662	<b>Total do Passivo</b>		<b>350.905</b>	<b>325.112</b>
<b>Intangível</b>	10.b	<b>7.930</b>	<b>3.155</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>350.905</b>	<b>325.112</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações de resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	17.a	<b>533.519</b>	<b>541.552</b>
Prêmios retidos		536.548	542.336
Varição das provisões técnicas de operações de assistências à saúde		35	(332)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde		(3.064)	(452)
<b>Sinistros retidos</b>	17.b	<b>(443.255)</b>	<b>(486.585)</b>
Sinistros conhecidos ou avisados		(447.916)	(485.562)
Varição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		4.661	(1.023)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>90.264</b>	<b>54.967</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	17.c	<b>(4.743)</b>	<b>(5.594)</b>
Provisão para perdas sobre créditos		(3.241)	(2.229)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(1.502)	(3.374)
Outras receitas operacionais		-	9
<b>Resultado bruto</b>		<b>85.521</b>	<b>49.373</b>
Despesas de comercialização	17.d	(33.152)	(32.688)
Despesas administrativas	17.e	(51.646)	(52.917)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	17.f	<b>21.654</b>	<b>24.524</b>
Receitas financeiras		18.453	25.277
Despesas financeiras		3.201	(753)
<b>Resultado patrimonial</b>	17.g	<b>(73)</b>	<b>(12)</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(73)	(12)
<b>Resultado com resseguro</b>	17.h	<b>1.960</b>	<b>5.716</b>
Receitas com resseguro		6.336	11.816
Despesas com resseguro		(4.376)	(6.100)
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>		<b>24.264</b>	<b>(6.004)</b>
Imposto de renda	18	(5.277)	1.729
Contribuição social	18	(7.006)	992
Participações sobre o lucro	3m iii	(1.918)	(930)
<b>Resultado líquido</b>		<b>10.063</b>	<b>(4.213)</b>
Quantidade de ações		3.094.257	3.094.257
<b>Lucro líquido no exercício por ação</b>		<b>3,25</b>	<b>-1,36</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>10.063</b>	<b>(4.213)</b>
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	4	(34)
Imposto de renda e contribuição social	(2)	14
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>(20)</b>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>10.065</b>	<b>(4.233)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Controladora Sompo Seguros S.A., com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A Seguradora possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob nº 000477. **2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, alterações emanadas pelas Resoluções Normativas de nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013, nº 344 de 20 de dezembro de 2013, nº 390 de 02 de dezembro de 2015, nº 418 de 26 de dezembro de 2016 e nº 430 de 07 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na data de publicação dessas demonstrações financeiras a ANS ainda não havia referendado o pronunciamento técnico CPC 11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Saúde Seguros S.A., e pelo Conselho de Administração da sua controladora em reunião realizada

continua →

#### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital social			Reservas de lucros		Ganhos e perdas não realizados com títulos e valores mobiliários	Resultado líquido no exercício	Patrimônio líquido
	Integralizado	Legal	Estatutária					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>94.608</b>	<b>5.589</b>	<b>71.167</b>	-	-	2	-	<b>171.366</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Resultado líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	(4.213)	(4.213)
Proposta de destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	(4.213)	-	-	-	4.213	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>94.608</b>	<b>5.589</b>	<b>66.954</b>	-	-	(18)	-	<b>167.133</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	2	-	2
Aumento de capital - AGOE de 26/03/18	21.673	-	-	-	-	-	-	21.673
Resultado líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	10.063	10.063
Proposta de destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	503	-	-	-	-	(503)	-
Impacto reavaliação vida útil	-	-	874	-	-	-	-	874
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(2.390)	(2.390)
Reserva estatutária(*)	-	-	7.700	-	-	-	(7.170)	530
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>116.281</b>	<b>6.092</b>	<b>75.528</b>	-	-	(16)	-	<b>197.885</b>

(\*) Efeito de exercícios anteriores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2018		2017	
	Resultado líquido do exercício	Ajustes para:	Resultado líquido do exercício	Ajustes para:
Depreciação	298	416	(4.546)	1.353
Amortização de ativos intangíveis	784	1.017	(23)	142
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	3.699	2.229	(11.908)	(770)
Ajustes de avaliação patrimonial	2	(20)	(4.685)	(1.673)
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>14.846</b>	<b>(571)</b>	<b>(4.611)</b>	<b>(1.659)</b>
Aplicações financeiras	(27.321)	19.846	-	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(372)	(7.488)	-	-
Despesas diferidas	6.657	(9.613)	-	-
Créditos tributários e previdenciários	2.779	(4.889)	-	-
Bens e títulos a receber	(3.642)	41	-	-
Despesas antecipadas	381	54	-	-
Depósitos judiciais e fiscais	(279)	(6.281)	-	-
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(6.371)	9.202	-	-
Débitos de operações de assistência à saúde	713	(37)	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	4.238	257	-	-
Débitos diversos	1.032	(2.786)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto operacional:** A Sompo Saúde Seguros S.A., doravante referida, também como "Seguradora", tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde. A Seguradora é uma sociedade anônima de

capital fechado, com sede na Rua Cubatão, 320, 9º andar, na Cidade de Estado de São Paulo. A Seguradora é subsidiária integral da Sompo Seguros S.A.. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua

—☆ continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Saúde Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

em 25 de fevereiro de 2019. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto conforme faculdade concedida pela RN nº 418/2016 da ANS. **a) Base para mensuração e elaboração:** A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos a valor justo por meio do resultado, dos passivos de provisões técnicas e os passivos de provisões judiciais. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, as demonstrações de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A nota explicativa 3 e as listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro; • Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 12 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e • Nota 15 - Provisões judiciais. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Reconhecimento e mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros saúde são reconhecidos no resultado ao longo do período de vigência do risco coberto. Os prêmios de seguros que têm emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber até o início do período de cobertura do risco. A Seguradora conclui que a melhor estimativa para a mensuração da provisão para redução ao valor recuperável é a calculada conforme os critérios definidos pela RN 390/2015 e alterações. Os referidos critérios levam em consideração, principalmente, a quantidade de dias de atraso dos prêmios a receber. **b) Despesas de comercialização:** As despesas de comercialização diferidas são registradas quando da emissão dos contratos ou faturas e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos. São recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata. Esta disponibilidade tem como principal função, atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês. **d) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos disponíveis para a venda; e • Recebíveis. **e) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: **i. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros designados nesta categoria cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **ii. Ativos financeiros disponíveis para a venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. **iii. Recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os "Prêmios a receber". **f) Determinação do valor justo:** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota a seguinte prática: **i. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os Certificado de Depósito Bancário (CDB's) pós-fixados e Letras Financeiras (LF's) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; • Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação; e • Para as Letras Financeiras com rendimento pós-fixado indexado a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo a precificação considera três componentes principais: (i) variação do índice IPCA; (ii) taxa fixa contratada; e (iii) o valor justo na data da negociação. **ii. Títulos públicos:** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ABNIMA). **iii. Quotas de fundos de investimentos:** O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. **g) Recuperabilidade de ativos financeiros:** A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros de acordo com as classes abaixo: • Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício. • Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa 3.a. **h) Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para a recuperabilidade quando ocorrem sinistros ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **i) Investimentos:** Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. **ii) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos que são revisados periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 10a. **k) Intangível:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática que são controlados pela Seguradora, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. As taxas de amortização dos ativos intangíveis variam entre 4% até 20% ao ano. A Somo Saúde Seguros S.A., em conformidade com o CPC 4 (Ativo Intangível) e CPC 23 (Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro), no exercício de 2018 revisou as premissas de vida útil de seus

ativos intangíveis caracterizados como "Sistemas de Computação" com efeito de anos anteriores no patrimônio líquido de R\$ 874. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 209, de 22 de dezembro de 2009 da ANS, respeitadas as adequações e/ou alterações de legislações atuais, com base em critérios, parâmetros e fórmulas, documentados em notas técnicas atuariais (NTA). A Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPNG) é constituída com base nos prêmios apropriados pelo valor correspondente ao rateio diário "pro-rata-die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura, e é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer. A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PEL) é constituída para garantia de sinistros já ocorridos, avisados e registrados contabilmente, ainda não liquidados. A Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados e registrados contabilmente. A Provisão de Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. Outras Provisões Técnicas (OPT), se necessárias, serão constituídas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciadas em nota técnica atuarial de provisões (NTAP) e aprovadas pela DIOPE, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. **m) Benefícios a empregados:** Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: **i. Aposentadoria:** A Seguradora é patrocinadora da Prev Somo - Somo Entidade de Previdência Complementar nova denominação da Prev Yasuda - Yasuda Sociedade de Assistência e Previdência Complementar, que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de Benefício Definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Os dois encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábuas de mortalidade, etc, sendo os planos de Benefício I e II pelo método de Crédito Unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de Capitalização Integral onde, em ambos, o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação menos o valor justo dos ativos do respectivo plano, nos moldes do CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. **ii. Benefícios de rescisão - pós-emprego:** Os benefícios de rescisão comumente chamados de pós-emprego, são os despendidos quando o emprego é rescindido pela Seguradora. Na Somo, estes benefícios referem-se ao seguro saúde ou ao plano odontológico e são estimados de acordo com a convenção coletiva de trabalho. **iii. Participação nos lucros e resultados (PLR):** A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição em função de um plano interno de participação nos lucros e resultados e respectiva concordância do sindicato dos securitários, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. A definição das metas e os montantes de participação dos colaboradores nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Somo que se reúnem anualmente com representantes da diretoria da Seguradora e do sindicato dos securitários. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015, de acordo com a Lei nº 13.169/2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da lei nº 13.169/15, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa 7.a). A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **o) Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão ou um passivo somente quando existe uma obrigação presente que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgadas segundo o CPC 25. As obrigações legais objeto

de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. **4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro:** A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em 31 de dezembro de 2018, o desempenho da carteira de investimentos da Somo Saúde Seguros S.A. atingiu 6,52% no acumulado do período, representando 101,6% do CDI que foi de 6,42%, uma diminuição de performance de -4,43% em relação ao período anterior, porém, o desempenho da carteira em valores absolutos diminuiu devido à queda da taxa de juros. O CDI de 2017 acumulado foi de 9,93% e o desempenho da carteira foi de 10,6% no ano, representando 106,3% do CDI. **a) Gestão de risco de seguro:** A Seguradora comercializa contratos de plano de seguro saúde coletivos: empresariais e pequenas e médias empresas (PME). O seguro saúde comercializado é destinado às pessoas jurídicas, sendo que o grupo segurável inclui sócios, funcionários e seus dependentes. Os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso, os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico-hospitalares, dentro dos limites do plano contratado. O seguro saúde possui diversos produtos para contratação, sendo que o risco de seguro está vinculado ao produto contratado. O seguro para Pequenas e Médias Empresas é destinado às empresas com no mínimo 2 (dois) titulares e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes, sendo obrigatório o mínimo de 2 (dois) titulares. Contratos celebrados a partir de 30 (trinta) segurados são classificados como empresariais. A Seguradora possui uma carteira de segurados de planos individuais que se encontra representada por contratos emitidos em períodos passados e ainda vigentes, regulados segundo as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), garantindo todos os direitos previstos aos nossos segurados nesses contratos. A Seguradora administra os riscos originados dos contratos de seguro saúde empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de liquidação de sinistros criteriosos. Nossa estratégia de subscrição de risco leva em consideração o fato de que o risco global destes contratos esteja adequadamente diversificado em termos de porte das empresas, perfil dos segurados e uma análise criteriosa para aceitação, precificação e avaliação da qualidade do risco aceito. Para os riscos relacionados ao aumento da frequência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Seguradora adota várias medidas para mitigação desses riscos, dentre as quais destacamos: (i) na negociação contratual com seus clientes corporativos é estabelecido uma cláusula de equilíbrio baseado na experiência das partes. Em caso de desequilíbrio, a Seguradora adota medidas de recuperação nas renovações contratuais; (ii) para melhor gerenciar a frequência e auxiliar na utilização consciente do seguro saúde, as empresas podem contratar os planos com coparticipação, onde o funcionário participa com uma pequena parte das despesas médico-hospitalares; (iii) a Seguradora desenvolve trabalhos em conjunto com a área de recursos humanos das empresas para incentivar a medicina preventiva; e (iv) a Seguradora conta ainda com uma equipe de auditoria e gestão médica interna e externa para regulação de procedimentos mais críticos. Os índices de adesão são considerados como uma ferramenta essencial na gestão global de nossos contratos de saúde empresarial. O índice de adesão não poderá ser inferior aos critérios definidos em contrato, sendo que o não cumprimento pode ensejar na rescisão contratual. Destaca-se também a boa relação que a Somo Saúde Seguros S.A., mantém com seus clientes, fornecedores, hospitais, laboratórios, clínicas e médicos de sua rede credenciada.

Número de vidas seguradas		Índice mínimo de adesão	
De	Até	Aceitação	Manutenção do grupo segurado
02	29	100%	100%
30	99	100%	100%
100	200	100%	100%
201	300	100%	90%
301	500	90%	80%
501	3000	80%	70%
3001	5000	70%	60%
5001	Em diante	60%	50%

**b) Gestão de riscos financeiros:** Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se, também, os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **i. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado e verificase que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações:

**Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro 2018**

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.457</b>	-	-	-	-	-	-	<b>4.457</b>
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>	<b>92.420</b>	-	-	-	-	-	-	<b>92.420</b>
Título de renda fixa privado	92.420	-	-	-	-	-	-	92.420
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>5.899</b>	<b>7.271</b>	-	<b>5.686</b>	<b>10.011</b>	<b>109.906</b>	-	<b>138.773</b>
Título de renda fixa público	5.899	3.114	-	-	5.868	109.906	-	124.777
Título de renda fixa privado	-	4.157	-	5.686	4.143	-	-	13.986
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>7.323</b>	<b>1.318</b>	<b>1.932</b>	<b>5.928</b>	<b>2.019</b>	<b>306</b>	-	<b>18.826</b>
Prêmios a receber de segurados e coparticipação - decorrido	7.323	887	692	871	2.019	306	-	12.098
Outros créditos operacionais	-	431	1.240	5.057	-	-	-	6.728
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>4.748</b>	-	-	-	-	-	<b>6.756</b>	<b>11.504</b>
Bens e títulos a receber	4.748	-	-	-	-	-	4	4.752
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	6.752	6.752
<b>Despesas diferidas</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>6.217</b>
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>40.601</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>114.847</b>	<b>8.589</b>	<b>1.932</b>	<b>11.614</b>	<b>12.030</b>	<b>110.212</b>	<b>53.574</b>	<b>312.798</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Provisões técnicas	37.964	-	-	-	19	-	71.817	109.800
Débitos das operações com assistência à saúde	1.561	53	42	125	258	317	-	2.356
Obrigações com pessoal	3.282	-	-	-	-	-	-	3.282
Tributos e encargos sociais a recolher	7.434	-	-	-	-	-	-	7.434
Depósitos de terceiros	-	1.864	-	761	-	612	-	3.237
Outros débitos a pagar	4.587	-	-	-	-	-	-	4.587
Provisões judiciais	22.324	-	-	-	-	-	-	22.324
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>77.152</b>	<b>1.917</b>	<b>42</b>	<b>886</b>	<b>277</b>	<b>929</b>	<b>71.817</b>	<b>153.020</b>

**ii. Gestão de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito

não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares e levam em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco

continua—☆

—☆ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Saúde Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os mesmos são substancialmente reduzidos (e considerado como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2018 distribuídos por "*rating*" de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria *sem rating* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais:

## Posição em 31 de dezembro de 2018

Ativos financeiros/ <i>rating</i>	AAA	AA	Sem rating	Total
<b>A valor justo por meio do resultado</b>	<b>65.264</b>	<b>27.156</b>	—	<b>92.420</b>
Título de renda fixa privado	65.264	27.156	—	92.420
<b>Disponíveis para a venda</b>	<b>134.616</b>	<b>4.157</b>	—	<b>138.773</b>
Título de renda fixa público	124.787	—	—	124.787
Título de renda fixa privado	9.829	4.157	—	13.986
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	—	—	<b>4.457</b>	<b>4.457</b>
<b>Prêmios a receber de segurados</b>	—	—	<b>12.098</b>	<b>12.098</b>
<b>Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	—	—	<b>6.728</b>	<b>6.728</b>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>199.880</b>	<b>31.313</b>	<b>23.283</b>	<b>254.476</b>

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados *impaired*.

## Posição em 31 de dezembro de 2018:

Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos					Saldo contábil 31/12/2018
	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Provisão para perda	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.457</b>	—	—	—	—	<b>4.457</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>92.420</b>	—	—	—	—	<b>92.420</b>
Título de renda fixa privado	92.420	—	—	—	—	92.420
<b>Disponíveis para a venda</b>	<b>138.773</b>	—	—	—	—	<b>138.773</b>
Título de renda fixa público	124.787	—	—	—	—	124.787
Título de renda fixa privado	13.986	—	—	—	—	13.986
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>2.459</b>	<b>6.084</b>	<b>2.390</b>	<b>9.076</b>	<b>13.757</b>	<b>18.826</b>
Prêmios a receber de segurados	2.459	6.084	1.959	3.171	13.365	12.098
Outros créditos operacionais	—	—	431	5.905	392	6.728
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>40.601</b>	—	—	—	—	<b>40.601</b>
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>278.710</b>	<b>6.084</b>	<b>2.390</b>	<b>9.076</b>	<b>13.757</b>	<b>295.077</b>

**iii. Gestão de risco de mercado:** A Somo Saúde Seguros S.A., utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (*Value at Risk*), a Seguradora utiliza como limite 0,5 ao dia, com 99% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2018, a perda máxima potencial é de 0,02% do valor total da carteira de investimentos. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio líquido da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos de mercado sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis, e impactos

## b) Resumo das aplicações:

	2018							
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>		<b>92.420</b>	—	—	<b>92.420</b>	—	—	<b>92.420</b>
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		92.420	—	—	92.420	—	—	92.420
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>18.856</b>	<b>1.541</b>	<b>118.376</b>	<b>138.799</b>	<b>(26)</b>	<b>124.787</b>	<b>13.986</b>
Títulos públicos federais - LFT e NTN-B	100% Selic (LFT) IPCA+ 2,25% (NTN-B)	9.013	1.541	114.233	124.818	(31)	124.787	—
Títulos privados - letras financeiras - LF	107% até 109% CDI (LF)	5.686	—	4.143	9.827	2	—	9.829
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	109% CDI (CDB)	4.157	—	—	4.154	3	—	4.157
<b>Total</b>		<b>111.276</b>	<b>1.541</b>	<b>118.376</b>	<b>231.219</b>	<b>(26)</b>	<b>124.787</b>	<b>106.406</b>

	2017							
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>		<b>94.859</b>	—	—	<b>94.862</b>	<b>(3)</b>	<b>25.984</b>	<b>68.875</b>
Títulos públicos federais - LFT/LTN e NTN-B	100% Selic	25.984	—	—	25.987	(3)	25.984	—
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		68.875	—	—	68.875	—	—	68.875
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>60.959</b>	<b>10.849</b>	<b>37.205</b>	<b>109.044</b>	<b>(31)</b>	<b>84.941</b>	<b>24.072</b>
Títulos públicos federais - LFT/LTN e NTN-B	100% Selic (LFT) 8% a.a. até 16% a.a. (LTN)	42.194	5.542	37.205	84.977	(36)	84.941	—
Títulos privados - letras financeiras - LF	109% até 111% CDI (LF)	5.900	5.307	—	11.192	15	—	11.207
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	104% até 112% CDI (CDB)	8.184	—	—	8.173	11	—	8.184
Títulos privados - debêntures	124,1% CDI (DEB)	4.681	—	—	4.702	(21)	—	4.681
<b>Total</b>		<b>155.818</b>	<b>10.849</b>	<b>37.205</b>	<b>203.906</b>	<b>(34)</b>	<b>110.925</b>	<b>92.947</b>

## c) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/17	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/18
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>94.859</b>	<b>239.100</b>	<b>(246.965)</b>	<b>5.423</b>	<b>3</b>	<b>92.420</b>
Títulos públicos federais - LFT e NTN-B	25.984	—	(26.265)	278	3	—
Quotas de fundos de investimentos abertos	68.875	239.100	(220.700)	5.145	—	92.420
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>109.014</b>	<b>199.188</b>	<b>(178.032)</b>	<b>8.597</b>	<b>4</b>	<b>138.773</b>
Títulos privados - CDB e letras financeiras	19.391	8.000	(14.618)	1.237	(23)	13.986
Títulos privados - Debêntures	4.683	5.136	(9.915)	74	22	—
Títulos públicos federais - LFT e NTN-B	84.940	186.052	(153.497)	7.286	5	124.787
<b>Total</b>	<b>203.873</b>	<b>438.288</b>	<b>(424.995)</b>	<b>14.020</b>	<b>7</b>	<b>231.193</b>

## 6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde: Movimentação dos créditos a receber:

	2018	2017
<b>a) Composição dos saldos</b>		
Pessoa jurídica	8.822	6.096
Pessoa física	14.506	10.798
<b>Total prêmios a receber</b>	<b>23.328</b>	<b>16.894</b>
Participação dos beneficiários em sinistro	3.710	5.990
Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(14.940)	(11.699)
<b>Subtotal</b>	<b>12.098</b>	<b>11.185</b>
Outros créditos operacionais	6.728	10.967
<b>Total créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>18.826</b>	<b>22.152</b>

## b) Idade dos saldos - prêmios a receber

	2018	2017
<b>A vencer</b>	<b>2.459</b>	<b>3.796</b>
Vencidos de 1 a 30 dias	3.014	2.992
Vencidos de 31 a 60 dias	2.289	1.788
Vencidos de 61 a 120 dias	1.121	1.059
Vencidos de 121 a 180 dias	1.619	1.854
Vencidos de 181 a 365 dias	3.171	2.361
Vencidos há mais de 365 dias	13.365	9.034
<b>Subtotal</b>	<b>27.038</b>	<b>22.884</b>
Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(14.940)	(11.699)
<b>Total</b>	<b>12.098</b>	<b>11.185</b>

## 7. Créditos tributários e previdenciários:

	2018	2017
<b>Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 7a)</b>	<b>26.084</b>	<b>28.058</b>
Créditos de PIS e Cofins	5.359	5.385
Imposto de renda e contribuição social a compensar	399	1.374
Outros créditos tributários	994	799
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>32.836</b>	<b>35.616</b>
(-) Tributos diferidos passivo	(826)	(849)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	(3.804)	—
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>28.206</b>	<b>34.767</b>

**a) Movimentação de créditos tributários e previdenciários:** Tendo em vista que os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento.

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.374	7.586	(8.561)	399
Créditos de PIS e Cofins	5.385	1.014	(1.040)	5.359
Outros créditos tributários	799	195	—	994
Créditos tributários de diferenças temporárias	28.058	3.319	(5.293)	26.084
(-) Tributos diferidos passivo	(849)	(78)	101	(826)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	—	(6.873)	3.069	(3.804)
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>34.767</b>	<b>5.163</b>	<b>(11.724)</b>	<b>28.206</b>

potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio da Seguradora. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e IBOVESPA:

Classes	Premissas 2018/2019	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2018/R\$ mil			
		Aumento		Diminuição	
		Resultados abrangentes do exercício	Resultado abrangentes do exercício	Resultados abrangentes do exercício	Resultado abrangentes do exercício
Letra financeira (CDI) pós	200 bps na Taxa de Juros	—	226	—	(221)
Letras financeiras do tesouro (LFT) pós	200 bps na Taxa de Juros	—	2.627	—	(2.579)
Notas do tesouro nacional (NTN-B) IPCA	1 p.p. da inflação	—	33	—	(33)
CDB (CDI) pós	200 bps na Taxa de Juros	—	94	—	(93)
Fundos de investimentos renda fixa (CDI) pós	200 bps na Taxa de Juros	—	2.102	—	(2.062)
<b>Total</b>		—	<b>5.082</b>	—	<b>(4.988)</b>

**c) Gestão de risco de capital:** A Somo Saúde Seguros S.A., executa a gestão de risco do capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade emitidos pela ANS, definido como margem de solvência. Em 7 de abril de 2015 a RN nº 373 altera e revoga dispositivos da RN nº 209, que dispõe sobre os critérios de manutenção de recursos próprios mínimos e constituição de provisões técnicas a serem observados pelas Seguradoras de planos privados de assistência à saúde. Tanto a estratégia, como o modelo utilizado, são considerados pela Administração como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco do capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização de ambos os níveis e diversificação das fontes de capital disponíveis, e de manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora, Comitês de Planejamento Financeiro e riscos. Os principais objetivos da Seguradora na gestão de capital são: (i) Manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS; e (ii) Otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. A tabela apresentada a seguir demonstra o cálculo de capital mínimo regulatório em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>197.885</b>	<b>167.133</b>
Obrigações legais com circulantes (contingências fiscais)	2.015	3.775
(-) Despesas de comercialização diferidas	(6.217)	(8.500)
(-) Despesas antecipadas	(68)	(451)
(-) Ativos intangíveis	(7.930)	(3.155)
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>185.685</b>	<b>158.802</b>
<b>Parte A</b>		
(A) Prêmios (últimos 36 meses)	1.585.065	1.607.234
(A) 36 meses prêmio retido anual (0,2)	105.671	107.149
(A) Sinistros (últimos 60 meses)	2.317.691	2.299.887
<b>(A) 60 meses sinistro retido anual (0,33)</b>	<b>152.968</b>	<b>151.793</b>
<b>Parte B</b>		
(B) Prêmios (últimos 12 meses)	536.548	542.336
(B) 12 meses prêmio retido anual (0,2)	107.310	108.467
(B) Sinistros (últimos 36 meses)	1.356.948	1.397.919
<b>(B) 36 meses sinistro retido anual (0,33)</b>	<b>149.264</b>	<b>153.771</b>
<b>(C) Margem de solvência</b>	<b>151.116</b>	<b>152.782</b>
<b>SUFICIÊNCIA</b>	<b>34.569</b>	<b>6.020</b>

**5. Aplicações financeiras (ativos financeiros):** Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. **a) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:** A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

	2018							
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>		<b>92.420</b>	—	—	<b>92.420</b>	—	—	<b>92.420</b>
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		92.420	—	—	92.420	—	—	92.420
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		<b>18.856</b>	<b>1.541</b>	<b>118.376</b>	<b>138.799</b>	<b>(26)</b>	<b>124.787</b>	<b>13.986</b>
Títulos públicos federais - LFT e NTN-B	100% Selic (LFT) IPCA+ 2,25% (NTN-B)	9.013	1.541	114.233	124.818	(31)	124.787	—
Títulos privados - letras financeiras - LF	107% até 109% CDI (LF)	5.686	—	4.143	9.827	2	—	9.829
Títulos privados - certificados de depósitos bancários - CDB	109% CDI (CDB)	4.157	—	—	4.154	3	—	4.157
<b>Total</b>		<b>111.276</b>	<b>1.541</b>	<b>118.376</b>	<b>231.219</b>	<b>(26)</b>	<b>124.787</b>	<b>106.406</b>

	2017							
	Taxa contratada %	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>		<b>94.859</b>	—	—	<b>94.862</b>	<b>(3)</b>	<b>25.984</b>	<b>68.875</b>
Títulos públicos federais - LFT/LTN e NTN-B	100% Selic	25.984	—	—	25.987	(3)	25.984	—
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos		68.875	—	—	68.875	—	—	68.875

—☆ continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Saúde Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão de prêmios não ganhos - PPCNG	Provisão para remissão	Provisão de sinistros a liquidar - PSL(*)	PEONA
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.138</b>	<b>1.397</b>	<b>48.495</b>	<b>51.940</b>
Constituição	2.888	347	583.810	8.073
Reversão/pagamentos	(2.571)	(332)	(575.963)	(7.050)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.455</b>	<b>1.412</b>	<b>56.342</b>	<b>52.963</b>
Constituição	1.128	444	517.690	6.680
Reversão/pagamentos	(1.104)	(503)	(519.367)	(11.340)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.479</b>	<b>1.353</b>	<b>54.665</b>	<b>48.303</b>

(\*) A provisão de sinistros a liquidar inclui avisos de débitos relativos a ressarcimento de custos pleiteados pelo SUS no montante de R\$ 23.017 (R\$ 19.246 em 2017).

## 13. Cobertura das provisões técnicas:

	2018	2017
<b>Provisão técnica</b>	<b>109.800</b>	<b>116.172</b>
(=) Total a ser coberto	74.750	85.018
<b>Ativos garantidores</b>	<b>90.999</b>	<b>101.347</b>
Títulos de renda fixa - públicos	85.313	77.275
Certificados de depósitos bancários	—	8.184
Letras financeiras	5.686	11.207
Debêntures	—	4.681
<b>(=) Excesso de cobertura</b>	<b>16.249</b>	<b>16.329</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>140.194</b>	<b>102.525</b>

## 14. Tributos e contribuições a recolher: a) Tributos e encargos sociais a recolher:

	2018	2017
Imposto de renda	2.050	—
Contribuição social	1.754	—
<b>Total de provisões</b>	<b>3.804</b>	<b>—</b>
PIS e Cofins	516	210
Imposto sobre operações financeiras	792	604
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	395	406
Contribuições previdenciárias	549	555
Outras	552	595
<b>Total de tributos e contribuições a recolher</b>	<b>6.608</b>	<b>2.370</b>

## b) Provisões para tributos diferidos:

	2018	2017
Imposto de renda	516	472
Contribuição social	310	377
<b>Total</b>	<b>826</b>	<b>849</b>

As provisões demonstradas acima compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o diferimento de depósito judicial.

## 15. Provisões judiciais:

## a) Quantidades e valores por probabilidade de risco:

	2018			2017		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
<b>I - Fiscais</b>						
Perda provável	1	15.297	15.297	1	14.876	14.876
Perda possível	1	1.780	—	1	1.897	—
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>17.077</b>	<b>15.297</b>	<b>2</b>	<b>16.773</b>	<b>14.876</b>
<b>II - Cíveis</b>						
Perda provável	319	6.373	6.373	372	11.510	11.510
Perda possível	154	19.481	—	161	19.091	—
Perda remota	108	3.127	—	147	7.931	—
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>28.981</b>	<b>6.373</b>	<b>680</b>	<b>38.532</b>	<b>11.510</b>
<b>III - Trabalhistas</b>						
Perda provável	9	654	654	9	485	485
Perda possível	3	594	—	6	4.263	—
Perda remota	—	—	—	1	—	—
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>1.248</b>	<b>654</b>	<b>16</b>	<b>4.748</b>	<b>485</b>
<b>Total geral</b>						
Perda provável	329	22.324	22.324	382	26.871	26.871
Perda possível	158	21.855	—	168	25.251	—
Perda remota	108	3.127	—	148	7.931	—
<b>Total</b>	<b>595</b>	<b>47.306</b>	<b>22.324</b>	<b>698</b>	<b>60.053</b>	<b>26.871</b>

As quantidades demonstradas na tabela acima referem-se ao número de pedidos por ação judicial. A perspectiva em relação à probabilidade de perda é baseada na opinião dos assessores jurídicos da Seguradora e da Administração.

## b) Movimentações das provisões judiciais:

Natureza	Saldo em 31/12/2017	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em 31/12/2018
1 - Fiscais	14.876	—	421	—	15.297
2 - Cíveis	11.510	2.400	811	(8.348)	6.373
3 - Trabalhistas	485	229	50	(110)	654
<b>Total</b>	<b>26.871</b>	<b>2.629</b>	<b>1.282</b>	<b>(8.458)</b>	<b>22.324</b>

## c) Descrições resumidas das principais ações judiciais: Provisões judiciais: i. Ações de natureza fiscal

(ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009): A Seguradora optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil - RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a Cofins, bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação às quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. As ações aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3. ii. PIS - Programa de Integração Social: A Seguradora discute para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, exigida nos termos das emendas constitucionais - EC nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especial e extraordinário, os quais aguardam julgamento definitivo dos "leading cases" em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF. iii. PIS - Programa de Integração Social e Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social: Para o período de janeiro de 2015 em diante as contribuições ao PIS e à Cofins passaram a ser recolhidas sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/2014. A Seguradora ingressou com mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da Cofins, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras. Atualmente o processo aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. A partir de março de 2017 a Seguradora passou a incluir, na base de cálculo, das contribuições ao PIS e à Cofins as receitas financeiras geradas pelas aplicações vinculadas em cobertura de reservas técnicas de seguros, tendo efetuado o pagamento do PIS calculado sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2015 à 2016 e da Cofins calculada sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2013 à 2016. iv. IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IR Fonte - Imposto de Renda Retido na Fonte - Glosa de despesas: A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio/2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal. v. CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/1996, sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Atualmente os autos aguardam julgamento de recurso extraordinário pelo STF. vi. IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa: A Seguradora discute judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995, sendo proferida sentença e decisão do tribunal desfavoráveis. Interpostos os recursos especial e extraordinário os mesmos não foram admitidos pelo TRF3. Interpostos agravos contra as referidas decisões, sobreveio decisão do STJ negando provimento ao recurso especial, permanecendo pendente o julgamento do agravo interposto contra a decisão que não admitiu o recurso extraordinário pelo STF. Provisões trabalhistas: A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável". Provisões cíveis: A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável". 16. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em dezembro de 2018 é representado por 3.495.459 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída quando houver lucro pelo valor correspondente a 5% do

lucro líquido do exercício social, sendo seu valor limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social quando a reserva estatutária não for suficiente. c) Reserva estatutária: A reserva estatutária, denominada reserva especial no estatuto da Seguradora, é constituída quando houver lucro líquido no exercício após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à amortização de eventuais prejuízos em exercícios futuros, aumento de capital social ou distribuição de bonificações aos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral. d) Dividendos: Os dividendos são registrados contabilmente quando sua distribuição é proposta pela Administração ou deliberada pelos acionistas. Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzido do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração. O montante distribuído de dividendos em 2018 é de R\$ 2.390. e) Ajustes de avaliação patrimonial: Ajustes de avaliação patrimonial compreendem alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

## 17. Detalhamento das contas do resultado:

	2018	2017
<b>a) Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	<b>533.519</b>	<b>541.552</b>
<b>Ramos</b>	<b>536.548</b>	<b>542.336</b>
Individual	96.408	90.164
Empresarial	440.140	452.172
<b>Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>(3.064)</b>	<b>(452)</b>
Cofins	(2.636)	(389)
PIS	(428)	(63)
<b>Variação das provisões técnicas</b>	<b>35</b>	<b>(332)</b>
<b>b) Sinistros retidos</b>	<b>(443.255)</b>	<b>(486.585)</b>
Indenizações avisadas	(516.855)	(584.714)
Recuperação em coparticipação	23.886	33.101
Glosa	45.053	66.051
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	4.661	(1.023)
<b>c) Outras despesas operacionais</b>	<b>(4.743)</b>	<b>(5.594)</b>
Outras receitas operacionais	—	9
Provisão para perdas sobre créditos	(3.241)	(2.229)
Despesas com contratos	(682)	(1.734)
Despesas com cobrança	(69)	(292)
Despesas com sinistro	(104)	(8)
Contingências cíveis	1.157	(484)
Outras despesas operacionais	(1.804)	(856)
<b>d) Despesas de comercialização</b>	<b>(33.152)</b>	<b>(32.688)</b>
Despesas com comissão	(24.455)	(23.221)
Despesas com agenciamento	(7.464)	(8.068)
Encargos sociais sobre comissões e agenciamentos	(397)	(372)
Outras despesas de comercialização	(836)	(1.027)
<b>e) Despesas administrativas</b>	<b>(51.646)</b>	<b>(52.917)</b>
Pessoal próprio	(35.399)	(34.323)
Serviços de terceiros	(6.258)	(7.646)
Despesas de localização e funcionamento	(4.132)	(3.495)
Depreciação/amortização	(1.082)	(1.433)
Depreciação	(298)	(416)
Amortização	(784)	(1.017)
Despesas com tributos	(522)	(819)
Despesas com contingências	(3.508)	(3.402)
Outras	(745)	(1.799)
<b>f) Resultado financeiro líquido</b>	<b>21.654</b>	<b>24.524</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>18.453</b>	<b>25.277</b>
<b>Rendimento - aplicações financeiras</b>	<b>14.020</b>	<b>21.721</b>
Rendimentos - títulos públicos federais	7.564	12.841
Rendimentos - quotas e fundos de investimentos abertos	5.145	5.863
Rendimentos - certificados de depósitos bancários e letras financeiras	1.311	3.017
TVM - títulos públicos federais - valor justo	3	25
Atualização de depósitos judiciais	1.625	2.443
Outras receitas financeiras	2.805	1.088
<b>Despesas financeiras</b>	<b>3.201</b>	<b>(753)</b>
Juros sobre tributos	3.311	(653)
Despesa financeira com títulos privados de renda fixa	(110)	(100)
<b>g) Resultado patrimonial</b>	<b>(73)</b>	<b>(12)</b>
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(73)	(12)
<b>h) Resultado com resseguro</b>	<b>1.960</b>	<b>5.716</b>
<b>Receitas com resseguro</b>	<b>6.336</b>	<b>11.816</b>
Recuperação de resseguro	6.336	11.816
<b>Despesa com resseguro</b>	<b>(4.376)</b>	<b>(6.100)</b>
Prêmio de resseguro	—	(10.475)
Outras despesas de resseguro	(4.376)	4.375

## 18. Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>24.264</b>	<b>24.264</b>	<b>(6.004)</b>	<b>(6.004)</b>
Participações sobre o resultado	(1.918)	(1.918)	(930)	(930)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>22.346</b>	<b>22.346</b>	<b>(6.934)</b>	<b>(6.934)</b>
<b>Ajustes temporários</b>	<b>1.589</b>	<b>1.589</b>	<b>7.745</b>	<b>7.745</b>
Passivos contingentes	(4.546)	(4.546)	1.352	1.352
Ajuste a valor justo de ativos financeiro	(3)	(3)	(25)	(25)
Provisões para devedores duvidosos	3.241	3.241	2.229	2.229
Participação nos lucros e resultados	113	113	(405)	(405)
IBNR e PSL SUS	2.820	2.820	5.011	5.011
Provisão de amortização de projetos	(36)	(36)	—	—
Outros ajustes temporários:	—	—	(417)	(417)
<b>Ajustes permanentes</b>	<b>(409)</b>	<b>(409)</b>	<b>(140)</b>	<b>(140)</b>
Outros ajustes permanentes	(409)	(409)	(140)	(140)
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>23.526</b>	<b>23.526</b>	<b>671</b>	<b>671</b>
Imposto de renda e contribuição social	(5.857)	(4.706)	(143)	(133)
Incentivo fiscal	226	—	4	—
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	1	1	6	5
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	397	239	1.942	1.554
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (5%)	—	(2.608)	—	(355)
Outros ajustes	(44)	68	(80)	(79)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.277)</b>	<b>(7.006)</b>	<b>1.729</b>	<b>992</b>

19. Partes relacionadas: Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: Conforme mencionado na nota 1, a Seguradora utiliza-se de certos componentes da estrutura administrativa e operacional de sua controladora. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes pagos de despesas administrativas para a controladora direta Somo Seguros S.A., somaram R\$ 13.883 (R\$ 11.298 em 2017). As despesas com seguro de vida cobertos pela controladora direta Somo Seguros S.A., totalizaram R\$ 36 (R\$ 25 em 2017). O seguro saúde dos funcionários da controladora direta Somo Seguros S.A., é contratado com a Somo Saúde Seguros S.A.. A receita de prêmios no exercício totalizou R\$ 23.108 (R\$ 20.255 em 2017). 20. Normativos emitidos e não vigentes: a) Resolução Normativa - RN nº 435: A ANS emitiu a Resolução Normativa - RN nº 435, de 23 de novembro de 2018 revogando a RN nº 290. Esta resolução dispõe sobre o novo plano de contas padrão para as operadoras de planos de assistência saúde; altera e inclui quadros nos documentos de informações periódicas das operadoras de planos de assistência à saúde - DIOPS/ANS. Esta RN entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador	Atuário
Francisco Caiuby Vidigal Filho - Presidente Atsushi Yasuda Arlindo da Conceição Simões Filho	Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Presidente Sven Robert Will - Diretor Executivo Fernando Antonio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo	Ivan Fernando dos Santos CRC SP269845/O-8	Duarte Marinho Vieira MIBA 1112

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Somo Saúde Seguros S.A. - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Somo Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Somo Saúde Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando

continua—☆

—☆ continuação

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019



**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
 CRC-2SP015199/O-6  
**Patrícia di Paula da Silva Paz**  
 Contadora - CRC-1SP198827/O-3



## Certificação Digital Imprensa Oficial

### Segurança e agilidade na administração da sua empresa

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**io** certificação digital

SAC 0800 01234 01

**Imprensaoficial**  
 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO